

Educação em crise

O ministro da Educação reconhece que no Brasil as coisas de fato não vão bem no campo educacional. Entre os problemas agudos, Hugo Napoleão ressalta um imenso déficit de vagas no 1º Grau e as taxas de evasão e repetência que, somadas, chegam aos quarenta por cento.

A primeira iniciativa a que se propõe o MEC para contornar essa realidade angustiante é a ampliação urgente do número de estabelecimentos escolares. O Governo quer construir, em 1989, meio milhão de salas de aula destinadas ao Pré-Escolar e ao 1º Grau, o que representa capacidade para acolher vinte milhões de alunos. Se concretizada essa intenção governamental, o dispositivo da Carta Magna que garante a universalização do ensino poderá, enfim, ser cumprido no País.

A problemática educacional brasileira é, porém, muito mais complicada, conforme resultados de uma pesquisa do MEC aplicada no Distrito Federal e nove estados. Fica-

ram comprovadas deficiências no ensino básico, evidenciadas, principalmente, nas dificuldades curriculares e de aprendizagem. Num próximo passo, o ministro Hugo Napoleão promoverá igual avaliação nas demais unidades federativas.

Num País de quatorze milhões de analfabetos, segundo as estatísticas oficiais recusadas por muitos especialistas — eles fazem projeções superiores a trinta milhões de pessoas —, os dilemas da educação começam no cumprimento do artigo 60 das Disposições Transitórias da nova Carta Constitucional, que manda repassar ao setor cinquenta por cento dos recursos originários de impostos. Ocorre que mais de oitenta por cento dos valores correspondentes a tais recursos são consumidos pelas universidades. E o ministro ainda não sabe como proceder para cumprir o preceito da Constituição sem deixar à míngua os estabelecimentos universitários oficiais.